



## EMPODERAMENTO E TRABALHO: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DE UM JOVEM COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM ATIVIDADES LABORAIS

### *EMPOWERMENT AND WORK: ANALYSIS OF THE EXPERIENCE OF A YOUNG MAN WITH INTELLECTUAL DISABILITY IN LABOR ACTIVITIES*

Taísa Caldas Dantas

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

#### **Resumo**

Este estudo tem o objetivo de analisar como a inclusão de jovens com deficiência intelectual em atividades laborais pode contribuir para seu empoderamento social. Diante de uma realidade de preconceito e discriminação que marca a vida das pessoas com deficiência e, principalmente, as que possuem deficiência intelectual, criar oportunidades de acesso ao mercado de trabalho pode contribuir para o seu empoderamento e participação social. A natureza desta pesquisa é de cunho qualitativo, realizada por meio de entrevista semiestruturada e registro de observações, monitoria e acompanhamento. A pesquisa foi efetivada no âmbito do projeto “Empoderar para Crescer”, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o qual visa oportunizar a pessoa com deficiência intelectual atuar em atividades laborais. Os achados da pesquisa apontam que diante de uma realidade de exclusão, torna-se imprescindível estabelecer um diálogo, oferecer educação e recursos adequados que favoreçam o desenvolvimento intelectual, a emancipação, inclusão e participação gradativa desse grupo nos espaços sociais.

**Palavras-chave:** deficiência intelectual; empoderamento; trabalho.

#### **Abstract**

This study aims to analyze how the inclusion of young people with intellectual disabilities in labor activities can contribute to their social empowerment. Before a reality of prejudice and discrimination which marks the lives of people with disabilities, and especially those with intellectual disabilities, creating opportunities for access to the labor market can contribute to their empowerment and social participation. This research is qualitative and it was performed through a semi-structured interview and recording of observations, monitoring and follow-up. The research was carried out within the project "Empowering to Grow", from the Federal University of Paraíba (UFPB), which aims to make it easier for people with intellectual disabilities to engage in labor activities. The research results point out that when facing a reality of exclusion, it is essential to establish a dialogue, to provide adequate education and resources that favor the intellectual development, emancipation, inclusion and gradual participation of this group in social spaces.

**Keywords:** intellectual disability; empowerment; job.

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



## Introdução

Este estudo tem como objetivo central analisar a inclusão de jovens com deficiência intelectual em atividades laborais em uma Universidade Federal Brasileira e tem como principal questionamento: *Como o trabalho contribui para o processo de empoderamento e participação social dos jovens com deficiência intelectual?* Através desta análise, visamos a averiguar a inclusão e atuação da pessoa com deficiência nas atividades laborais realizadas em alguns departamentos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), buscando constatar se esta atuação gera ou não empoderamento em suas vidas.

A história evidencia que as pessoas com deficiência estão imersas em um panorama de exclusão social que marcam suas vidas por um longo período, as quais tendem a permanecer em situação de desvantagem social intensa, “especialmente no que se refere à participação e aos direitos humanos básicos” (NEVES, 2000, p.48). No caso dos jovens com deficiência, à sua condição soma-se a de vulnerabilidade juvenil, as quais circunscrevem conjuntamente suas vidas a um ciclo de limitações e de impossibilidades para seu desenvolvimento humano, educacional, social, laboral, etc. (SOARES, 2010; DANTAS 2014).

O argumento central desta pesquisa é que, apesar dos significativos entraves socioeducacionais que uma pessoa com deficiência enfrenta cotidianamente, a experiência de estar inserido (a) em atividades laborais cria bases para o desencadeamento do processo de empoderamento por meio da ruptura com o ciclo de impossibilidades instalado desde cedo em suas vidas.

A partir dos anos 90, emergiu o paradigma da inclusão social, e a sociedade tem discutido a necessidade de se adaptar às pessoas com deficiência, além de criar mecanismos para que todas as pessoas, independentemente de suas condições, sejam

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



incluídas nas mais diversas esferas sociais e tenham uma vida digna. Nesse contexto, Ferreira (2009) argumenta que o olhar médico sobre a deficiência ainda assume um lugar prioritário nos desdobramentos das políticas e ações voltadas a este grupo social, influenciando todas as iniciativas no campo da educação e práticas escolares, de forma que o diagnóstico e a incapacidade são colocados acima da própria pessoa e suas possibilidades de aprendizagem.

Todos os cidadãos buscam, através do trabalho, sua dignidade, independência e autonomia. Para esse grupo social, não seria diferente: a aprendizagem para a pessoa com deficiência deve ter o fim maior de integrá-la e incluí-la na sociedade e no mercado de trabalho. Este apresenta-se cada dia mais exigente, além de ser restrito para as pessoas com deficiência que se encontram em uma situação desfavorável exatamente porque não têm acesso a uma educação de qualidade, que as prepare profissionalmente para praticar atividades laborais.

O ambiente de trabalho pode se configurar como um dos caminhos para a pessoa com deficiência conseguir desenvolver o empoderamento e resgatar seu poder interior para uma vida ativa e participativa na sociedade. Por meio da inserção da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho, será possível constituir sua independência financeira, realização pessoal, autonomia e empoderamento, o que contribui para o rompimento da condição de fragilidade, de forma que essas pessoas saem do estado de tutela, dependência e tornam-se sujeitos ativos, que lutam por mais autonomia e autodeterminação (HERRIGER, 2006).

O estudo em questão caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa, a partir da qual se buscou analisar o cotidiano de pessoas com deficiência intelectual que tiveram a oportunidade de passar por processos de empoderamento e aprendizagem por meio da inserção em ambientes de trabalho. Aqui especificamente apresento a experiência de João (*nome fictício*): um jovem com deficiência intelectual, de 17 anos, que participou



do Projeto de Extensão Universitária “Empoderar para crescer”, ação voltada ao desenvolvimento do empoderamento e protagonismo juvenil através da inclusão de jovens com deficiência em atividades laborais.

Esse artigo está organizado em três seções. Na primeira, apresento o contexto teórico-conceitual da teoria do empoderamento, dentro do qual também caracterizo e analiso a histórica exclusão e invisibilidade dos jovens com deficiência na educação e no mercado de trabalho. Na segunda seção, detalho a metodologia adotada e, por fim, na terceira apresento a análise dos dados e as principais descobertas da pesquisa através da história de vida de João.

## **1 Deficiência, Trabalho e Empoderamento: construindo conceitos**

A exclusão da pessoa com deficiência dos vários espaços sociais constitui tema amplamente explorado na literatura sobre este grupo social (JANNUZZI, 1985; GODOY, 2002; MICHELS, 2005). O modelo médico patológico da deficiência é reconhecido na literatura como nocivo ao processo de construção da autonomia de pessoas com deficiência, uma vez que, por causa deste modelo, esses indivíduos têm sido segregados, isolados, “patologizados” e considerados incapazes, por séculos.

Silva (1997) argumenta que o conceito de incapacidade que designa a pessoa com deficiência é um termo constituído devido aos padrões de normalidade da sociedade, pois todo e qualquer indivíduo que não se encaixa nesse modelo é visto sob a ótica de um olhar diferenciado. Nessa pesquisa, optamos por trabalhar com pessoas com deficiência intelectual, uma vez que esta é uma das mais estigmatizadas dentre as deficiências, e a segregação desses sujeitos, por sua vez, é intensa nos diversos ambientes escolar, social e profissional.

No que diz respeito aos direitos relacionados à educação, houve avanços notórios no acesso desse grupo à escola regular, porém há muitos desafios em relação à pessoa com deficiência intelectual, principalmente na quebra das barreiras atitudinais e

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



curriculares. “A concepção de deficiência torna-se biologicamente determinante e avaliativo” (MICHELS, 2005, p. 53), e conduz para uma medicalização do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que as pessoas com deficiência constituem um dos grupos que apresentam maiores índices de analfabetismo no Brasil (IBGE, 2010). Nessa situação, há outro agravante: muitos programas de alfabetização não atendem às necessidades específicas de cada segmento da população, como indígenas, negros, mulheres, deficientes, etc. (GADOTTI, 2013).

Como fruto desse contexto, o ensino superior representa uma realidade utópica e muito distante dos objetivos de vida das pessoas com deficiência. Ao discutir sobre essa realidade, Pimentel (2013) sinaliza que a educação superior mostra um sensível atraso, tanto na formulação dos marcos normativos, quanto nas práticas sociais inclusivas. Quanto as pessoas com deficiência intelectual, poucas são as que conseguem adentrar nesse meio, e as que alcançam, em alguns casos não podem prosseguir, devido à falta de estrutura adequada, tanto no aspecto metodológico como nos aspectos físicos e relacionais.

O direito de ingresso no mercado de trabalho também foi um dos direitos conquistados com o advento do modelo da inclusão social. Oliveira (2011) argumenta que incluir uma pessoa com deficiência no ambiente de trabalho é poder oportunizar uma vaga para um profissional também capaz de exercer as tarefas estabelecidas, de forma que não se pode confundir as limitações que decorrem de alguma deficiência com sua incapacidade social, afetiva ou profissional.

O processo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho está assegurado em algumas leis específicas, dentre elas, a Lei n. 8213/91 de 24/07/91 que trata da instituição de políticas de cotas no mercado de trabalho, especificando que “a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



portadoras de deficiência” (artigo 93). A fim de reforçar esta lei, o Decreto 3.298 de 1999 foi constituído pelo ministério do trabalho com intuito de fiscalizar as empresas para verificar se está ocorrendo o cumprimento da lei de Cotas, caso não esteja, será aplicado à empresa multas pelo não cumprimento desta norma.

Apesar de este direito estar garantido pelas políticas públicas brasileiras, existem grandes entraves que impedem o ingresso das pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho, a exemplo da discriminação advinda da não eficiência ou da incapacidade desses sujeitos presentes no imaginário social (GARCIA, 2011). Além disso, existem vários outros fatores que dificultam o acesso da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho; o principal deles é a falta de qualificação profissional, que advém da má qualidade em sua formação escolar.

As escolas sempre foram vulneráveis na formação dos indivíduos com deficiência; sua educação é voltada para a socialização e não para o aprimoramento de competências básicas, necessárias à qualificação exigida pelo mercado de trabalho. As empresas priorizam em suas contratações as pessoas com deficiência que tenham Ensino Médio e possuam deficiência leve. A partir disto, eles (as) tentam driblar as fiscalizações, ao inserir pessoas com o nível mínimo de deficiência; logo, para os que possuem deficiências severas, as chances são quase nulas. Dessa forma, as oportunidades das pessoas com deficiência de ingressarem no mercado de trabalho são bastante remotas.

É inquestionável a função primordial que o trabalho possui na vida de todas as pessoas na construção de sua autonomia e ao se sentirem produtivos (as) e participativos (as) no processo de desenvolvimento da sociedade. Ademais, o trabalho possui um efeito reabilitador na vida das pessoas com deficiência, “contribuindo para uma rotina diária semelhante à de outras pessoas consideradas “normais”, expandindo as perspectivas de vida e os relacionamentos sociais” (MATOS, 2009, p. 13). Vemos,



# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



assim, mesmo em meio às ambiguidades, que o trabalho/emprego possibilita à pessoa com deficiência uma nova posição social, uma ampliação de seu campo relacional, um espaço de valorização simbólica, inclusive através do salário, com influência crucial em sua retificação subjetiva (OLIVEIRA; ARAUJO; ROMAGNOLI, 2006).

O foco deste artigo é aprofundar o conhecimento sobre como o acesso a atividades laborais pode proporcionar o desenvolvimento da autonomia e o empoderamento na vida de jovens com deficiência intelectual. O exercício do empoderamento por meio da história de vida de João, jovem nordestino com Síndrome de Down que, diferentemente da maioria daqueles que compõem esse grupo social, teve a oportunidade de inserir-se em um projeto de extensão universitária e teve sua primeira experiência de trabalho.

A filosofia do empoderamento, dessa forma, atua no sentido de quebrar o círculo vicioso dentro do qual a pessoa com deficiência não tem espaço, voz ou poder de decisão sobre questões que dizem respeito à sua vida, situação que faz com que elas permaneçam excluídas do acesso a oportunidades sociais. A proposta do empoderamento tem raízes nas lutas pelos direitos civis, através movimentos de grupos sociais desfavorecidos, tais como mulheres, negros, deficientes, ou seja, pessoas que vivem à margem da sociedade. Em uma perspectiva emancipatória,

empoderar é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão. Nesse sentido, equivale aos sujeitos terem poder de agenda nos temas que afetam suas vidas. (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007, p. 486).

O empoderamento profere a respeito da capacidade de decisão sobre determinadas questões que envolvem os sujeitos ou grupos, o mesmo vem com o intuito de combater a exclusão dos indivíduos que vivem discriminados pela sociedade. A pessoa com deficiência tem a possibilidade de, através do ofício do labor, desenvolver o empoderamento, adquirir autonomia e se sentir um sujeito pertencente à sociedade, pois



através desse processo há a quebra dos laços de dependência que se constitui com outras pessoas e ultrapassa as barreiras sociais.

## 2 Percorso Metodológico

A pesquisa qualitativa fundamentada em Strauss e Corbin, (2008) foi realizada com a participação de seis jovens com deficiência intelectual e teve como objeto de estudo a análise de como a inclusão de jovens com deficiência intelectual em atividades laborais pode contribuir para o processo de empoderamento em suas vidas. Aqui, contudo, apresento os dados e a análise da experiência laboral de um jovem com deficiência intelectual, exercício este que consolida seu empoderamento social.

O campo de estudo dentro do qual a pesquisa se deu foi o *Projeto de Extensão Universitária Empoderar para Crescer*, criado em parceria com a Universidade Federal da Paraíba, com o objetivo de preparar pessoas com deficiência intelectual para o mercado de trabalho, através da inclusão desses jovens em setores da Universidade, direcionando-os para obtenção da sua autonomia e desenvolvimento de habilidades laborais.

Unindo três áreas de conhecimento – Pedagogia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional –, o projeto surgiu a partir da necessidade de dar sequência ao processo de desenvolvimento de jovens com deficiência intelectual que se encontravam fora das escolas regulares e excluídos do mercado de trabalho. O projeto oportunizou aos jovens experiências laborais práticas que pudessem lhes oferecer subsídios para serem inseridos no mercado de trabalho formal além do aprimoramento de habilidades essenciais como leitura, escrita, compreensão, matemática, computação, etc. O projeto também contou com a participação de estudantes dos três cursos envolvidos, os quais desenvolveram a função de mediadores (as), o que promoveu um importante intercâmbio de socialização, quebra de barreiras e troca de experiências.



# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



No âmbito da pesquisa qualitativa, o principal procedimento de coleta de dados adotado foi a entrevista semiestruturada (MINAYO, 2002). Utilizamos três roteiros de entrevistas, cada um contendo de dez a doze perguntas abertas, um destinado ao jovem com deficiência intelectual inserido no projeto, outro para o familiar ou responsável desse jovem e o terceiro para a coordenadora do Projeto de Extensão.

As entrevistas ocorreram na própria Universidade em dias distintos para cada um dos indivíduos entrevistados. No dia 9 de agosto de 2016, entrevistamos o jovem com deficiência através de um roteiro de entrevista adaptado com imagens, cores e linguagem de fácil entendimento. Realizamos a técnica da mediação pedagógica para que o jovem tivesse o máximo de compreensão.

No dia 16 de agosto entrevistamos a mãe do jovem e no dia 23 do mesmo mês, entrevistamos a coordenadora do projeto de extensão. As entrevistas foram respondidas de forma oral e gravadas para posterior transcrição. Foram cumpridas todas as formalidades e ações necessárias e exigidas para uma investigação rigorosa e ética, incluindo a confidencialidade e o consentimento do jovem e da família, bem como a aprovação do estudo e da aplicação do questionário pelo Comitê de Ética.

No trabalho de campo, outro instrumento de pesquisa utilizado foi a observação indireta, através da qual registramos momentos formais e informais, o que nos permitiu um vínculo maior com os participantes da pesquisa. A observação ocorreu durante todo o ano de 2016, pelo menos duas vezes por mês, nos horários em que o jovem estava dentro do ambiente de trabalho na UFPB. As observações foram feitas com o objetivo de verificar o desempenho do jovem na realização das suas tarefas laborais, o relacionamento dele com os colegas de trabalho e a atuação dentro do projeto.

A partir desses instrumentos foi possível coletar dados relevantes e significativos para aprofundar o conhecimento acerca do desenvolvimento do



empoderamento através da prática de atividades laborais na vida de jovens com deficiência que tiveram acesso ao Projeto de extensão, conforme apresento a seguir.

### 3. Resultados e Discussões

Tendo como foco de pesquisa o questionamento: *Como o trabalho contribui para o processo de empoderamento e participação social dos jovens com deficiência intelectual?*, apresento nesta seção a análise dos dados colhidos através da história de vida do jovem contada pela família e por ele próprio; em seguida delinheio um panorama de vida escolar e da convivência familiar do jovem; e por último, analiso a importância do trabalho na vida de João na construção da sua autonomia e empoderamento social. Essas categorias de análise foram elencadas com base nos estudos sobre empoderamento, ao considerar que um processo de empoderamento tem início no âmbito familiar a partir dos estímulos e da forma de criação recebidos; passa por toda a escolarização e as experiências obtidas nesse percurso; e, por fim, é refletido nas atividades laborais, diante do escasso percentual de pessoas com deficiência (principalmente, intelectual) que conseguem ingressar no mercado de trabalho.

#### 3.1 Panorama escolar e convívio familiar

João é um jovem bastante ativo, pratica atividades físicas e está ligado ao esporte (boxe). Devido à sua brilhante atuação no esporte, João participa de programas televisivos de rede nacional, expressando sempre que apesar da deficiência, ele é bem dinâmico e feliz. Sua família acredita muito em seu potencial e sempre o incentiva a ultrapassar as barreiras que possam aparecer em sua vida. O jovem possui uma identidade bem firmada e assim se apresenta: *“Meu nome é João, tenho Síndrome de Down, tenho 17 anos, sou solteiro, sou lutador de boxe, frequento a escola e nunca trabalhei, moro com minha mãe, tenho muitos amigos, tenho uma namorada, o nome*

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



*dela é Gabi, ela é muito bonita”.*

Através de sua fala, observamos que João possui uma vida social bem inteirada e produtiva com as ações sociais do seu cotidiano, algo que na concepção de muitas pessoas seria difícil, porque acreditam que o indivíduo que possui algum tipo de deficiência não pode ter uma vida social “normal” e dinâmica como qualquer outro jovem sem deficiência de sua idade.

A família e a escola constituem dois contextos de desenvolvimento fundamentais para a trajetória de vida das pessoas. A família é um dos primeiros ambientes de socialização do indivíduo e possui, portanto, um impacto significativo e uma forte influência no comportamento dos sujeitos, especialmente dos que possuem deficiência, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais (DESSEN; POLONIA, 2007). No que diz respeito ao convívio familiar de João, sua mãe relata que:

*Hoje só moramos eu e João, eu sou separada do pai dele, e ele mora em Monteiro (uma cidade do interior paraibano), e único irmão que João tem mora em Campina Grande, então apesar de só morar apenas eu e ele tem um convívio muito bom, porque fazemos muitas coisas juntos. E sempre todos nós apoiamos e incentivamos tudo o que ele faz (Mãe de João)*

Os pais, apesar de estarem separados, constantemente fazem tudo pensando no bem-estar de João e sempre lhe dão todo o apoio necessário, estimulando e lutando para que ele possa viver em uma sociedade que respeite seus direitos. Isso é um fator extremamente importante, pois como explica Neves (2005), a família muitas vezes se apresenta como um dos maiores impedimentos para a construção da autonomia na vida das pessoas com deficiência, uma vez que no seio familiar se gera o maior solo de superproteção prejudicial ao empoderamento desse grupo social.

O processo de escolarização de João iniciou quando ele tinha apenas dois anos

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



e seis meses em uma creche; prosseguiu em escolas particulares, nas quais não teve muito apoio pedagógico. Houve algumas situações de preconceito e discriminação em sua escolarização: algumas mães não queriam que seus filhos estudassem com ele na sala por medo de que eles se atrasassem na aprendizagem; houve outros episódios, como o relatado pela diretora escolar, que se negou a matriculá-lo para o ano seguinte, como discorre a sua mãe:

*A própria escola não quis ele, porém como forma de educação não me dizia isso diretamente, sempre que eu ia na escola fazer a matrícula a coordenadora me dizia que a psicopedagoga que ficava responsável pela educação especial sempre estava em reunião e não poderia me atender. Assim eu desisti dessa escola e fui a procura de outra, todas as escolas me diziam que não tinham profissionais capacitados para trabalhar junto ao meu filho, ou também diziam que os números de vagas já estavam preenchidos (Mãe de João).*

Isso nos mostra que o estigma e a discriminação em relação à pessoa com deficiência ainda são bastante evidentes e constituem barreiras que obstruem o empoderamento e a inclusão desses sujeitos nas diversas esferas sociais. Na visão de Oliveira (2011), o que se precisa compreender, e principalmente rebater, é uma barreira, presente em toda a história, que limitou bastante o desenvolvimento social destas pessoas, muito mais até do que as próprias limitações impostas pela deficiência, que é o preconceito.

Insatisfeita com essas experiências negativas nas escolas regulares privadas, a mãe de João se sentiu impulsionada a procurar vagas em escolas públicas e finalmente, após muita insistência, conseguiu encontrar uma que aceitou João, pois a escola tinha uma visão mais aberta e menos estigmatizada sobre a deficiência. Nessa escola, foi disponibilizada para João uma mediadora que o acompanhava na sala de aula diariamente e a mãe do jovem ficou bastante satisfeita ao perceber o envolvimento de

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



João com os colegas da escola e o despertar dele para os estudos. Até este momento da vida do jovem, sua mãe acreditava que ele não gostava de estudar e que estava fadado a estar em sua sombra durante toda a vida. Após essa nova experiência educacional, a vida de João se tornou melhor e o próprio jovem fortaleceu sua identidade e se descobriu em habilidades que ainda não havia despertado:

*Esta escola trouxe vários benefícios para João principalmente ao falar em público. Outra coisa foi o material didático, que foi todo adaptado para João e o incentivo dos outros colegas de classe em tudo que João faz. Hoje em dia João não quer mais que eu o deixe dentro da escola, prefere que eu o deixe na porta da escola, ele diz que isso é coisa de criança, ele também não tem mais problema com barulho, não tem mais vergonha de falar com as outras pessoas, porque os meninos da escola interagem com ele a todo o momento. O nível de aprendizagem de João evoluiu muito (Mãe de João)*

A escolarização de João passou por uma mudança significativamente importante e essa experiência foi fundamental para a construção de sua autonomia pessoal, uma vez que o lugar recatado que ele sempre teve na escola privada deu lugar a uma interação mais profunda com seus pares e isso o levou a um outro grau de socialização. A escola pública desenvolveu um trabalho excelente com João corroborando alguns elementos que foram cruciais no seu processo de empoderamento, como os laços de amizade construídos, o aprimoramento da leitura e escrita, a habilidade para se expressar e falar em público, a construção de uma consciência crítica.

Diante de todos os problemas da educação pública brasileira, a experiência do jovem nos aponta que é possível ter uma educação de qualidade mesmo em ambientes hostis, quando o professor (a) é comprometido com a causa apoiada. Mendes et al (2011) aprofunda essa discussão quando menciona que:

A missão do professor consiste em estabelecer metas e objetivos e saber sobre o que vai ensinar sem perder de vista ao aluno que é



para quem se está ensinando. Essa integração professor-aluno requer do profissional desempenhar diversas faces, utilizar-se de diversas estratégias para atingir seus objetivos. Esse é o profissional comprometido, responsável. (MENDES, et al, 2011, p.19)

Uma das funções inerentes à docência do (a) professor (a) é estar pronto (a) e disposto (a) a receber alunos (as) com deficiência em sua sala de aula; elaborar projetos pedagógicos que possam abarcar a todos os (as) estudantes; e também refazer-se em sua prática pedagógica através de flexibilidade, criatividade e sensibilidade. Nesse sentido, “um verdadeiro ato educacional, para que alcance o seu objetivo de formar um cidadão autônomo, competente e crítico, não pode se limitar a uma simples relação de ensino-aprendizagem” (MENDES, et al, 2013, p. 40). É necessário ter disposição de incidir ou intervir no processo de aprendizagem do aluno, refletindo numa série de decisões de ordem pedagógica, que envolva todo o processo educativo desde a elaboração do currículo, até as práticas escolares da sala de aula.

Além da responsabilidade da escola com o processo de ensino e aprendizagem, a escola também deve garantir um ambiente favorável à socialização de todos os indivíduos, independentemente de qualquer condição física ou intelectual. Nas palavras de Mendes et al (2011), a escola tem sido compreendida como um espaço de transmissão de cultura, de conhecimentos e de preparação para o convívio coletivo, inclusive para o mercado de trabalho.

### **3.2 O trabalho como ferramenta para o empoderamento**

A relevância do trabalho para a construção da identidade, o exercício da cidadania e o desenvolvimento socioemocional das pessoas com deficiência é defendido por uma extensa literatura nacional e internacional (LANCILLOTTI, 2003; TANAKA; MANZINI, 2005; ESCOBAL; GOYOS, 2006). O trabalho possibilita uma relativa independência financeira, contribui para o auto sustento e desperta a sensação de



# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



aceitação e pertencimento em uma população que, ao longo da história, sempre esteve às margens das oportunidades (AMARAL, 1996). João descreve o valor do trabalho em sua vida, afirmando:

*Eu gosto do trabalho porque eu consigo ganhar dinheiro e posso me casar, comprar um prédio. O trabalho é importante e me faz muito feliz, quando eu não venho trabalhar eu fico triste. Eu trabalho no Comitê de Inclusão e lá no trabalho eu tiro Xerox, atendo telefone, digito e entrego documento... Eu também fiscalizo os carros que estacionam no lugar errado na UFPB, eu vou lá e digo que está no lugar errado: - Esse lugar é só pros “velhinhos”. (JOÃO).*

A experiência do JOVEM com deficiência intelectual em um dos setores da UFPB, o Comitê de Inclusão e Acessibilidade, foi bastante exitosa e observou-se que a deficiência não o impediu de desenvolver com excelência o trabalho que lhe foi proposto. João cumpriu os horários requisitados, fez as atividades do escritório com cuidado e eficiência, não demonstrou insatisfação ou qualquer problema com seus colegas de trabalho nem com a direção do setor. Ademais, João sempre apresentou proatividade e mostrou disposição para fazer além do que lhe era solicitado quando, por exemplo, menciona em seu depoimento a sua indignação ao ver as pessoas estacionando os carros nas vagas que são destinadas ao público prioritário.

Pinto (1998) denomina uma experiência como esta vivenciada por João de “*consciousness-raising*”, ou seja, a tomada de consciência pelos sujeitos da situação em que vivem e das condições que podem ser transformadas para modificar esse estado, pois ao tomarem consciência, os sujeitos conseguem construir estratégias de resistências (FOUCAULT, 1979). O empoderamento permite resistir às barreiras que historicamente as pessoas com deficiência vivenciaram e, neste caso, João reconhece a violação de um direito e desenvolve atitude de defesa em prol de seu grupo social.

Através do depoimento de João se constata que ele percebe o trabalho como

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



algo que lhe traz benefícios e satisfação, pois lá ele é feliz, aceito por todos, e demonstra o quanto ele gosta de estar no ambiente. A importância e o sentido do trabalho também são traduzidos no despertar do jovem para uma perspectiva positiva do seu futuro, inclusive nos planos que ele faz com a namorada e de sua independência financeira da família, corroborando com o pensamento de Oliveira (2011), quando argumenta que:

Se o ser humano perde, atualmente, seu trabalho numa sociedade como a nossa, considerada moderna que objetivou o trabalho como motivação principal da ação humana, logo, ele perde o sentido da sua vida. O trabalho, ainda, é considerado como forma de autonomia, integração social e promoção social (OLIVEIRA, 2011, p.49).

O trabalho é um dos pilares de desenvolvimento do ser humano que traz sentido à sua vida. No caso de João, o trabalho representa uma conquista de liberdade, pois é o momento que ele tem distante de seus familiares e que lhe é possível desenvolver autoconfiança para se relacionar no meio social. Através das atividades laborais, o jovem adquire a cada dia novas habilidades, melhora a forma de se relacionar com as outras pessoas e adquire valorização pessoal. Sobre isto, a mãe de João afirma que:

*O trabalho é muito importante para o desenvolvimento do meu filho, até pela questão da autoestima, então depois desse trabalho ele teve um amadurecimento muito grande, porque agora realmente ele está se empoderando. Através do trabalho ele teve um grande crescimento, porque agora ele faz projetos futuros pensando no dinheiro que vai receber, ele também tem um grande orgulho de dizer que está trabalhando. (MÃE DE JOÃO)*

A construção da autoestima é um dos principais resultados que o trabalho consegue desenvolver no indivíduo, pois é através do trabalho que o sujeito se sente valorizado e parte produtiva da sociedade. Para Amaral (1996), este talvez seja o ponto principal para inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, o resgate do papel do trabalho: seu potencial de elemento significativo, seja na autorrealização, seja na configuração de sua autoestima, seja na sua independência econômica, na autonomia, no prazer no processo e no produto, na sensação de aceitação e pertencimento.

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



O depoimento da mãe de João aponta que essa experiência laborativa tem trazido bons resultados para a vida do seu filho e que este crescimento é bilateral, pois à medida que os jovens adquirem força para uma vida autônoma, os pais e/ou responsáveis também precisam aprender a liberá-los e incentivá-los para serem protagonistas de suas vidas. Hoje o projeto de extensão universitária é visto pela mãe como um importante caminho de empoderamento, como a mesma relata em seu depoimento:

Esse projeto “Empoderar para Crescer” é muito importante porque ocupa a mente desses jovens. Quando o meu filho ingressou nesse projeto eu tive medo, porque eu achava que ele não iria dá certo, porque ele é muito apegado a mim, mas hoje em dia eu agradeço muito por existir esse projeto. João está se empoderando e eu também, porque eu estou aprendendo a liberar ele, vendo as suas asas crescendo (MÃE DE JOÃO)

Sua mãe reconhece a grande relevância desse projeto para a vida do filho e tem se colocado como apoiadora de sua independência e desenvolvimento. Isto nos leva a refletir que essa parceria com a Universidade – Jovens com Deficiência, pode se constituir em uma importante ferramenta para quebra de estereótipos entendidos como crenças generalizadas sobre características pessoais (atributos) de grupos minoritários, as quais são consideradas como tipicamente negativas (CASTANHO; FREITAS, 2005).

Na empregabilidade de João, o Projeto de extensão Empoderar para Crescer assume uma função essencial na sua adaptação, pois desenvolve um trabalho de conscientização com alunos (as) mediadores (as) e demais funcionários da Universidade, através de palestras e visitas ao ambiente de trabalho. Tal aspecto reflete a importância de grupos de apoio no processo de empoderamento das pessoas com deficiência, pois a autonomia não depende apenas do próprio sujeito que quer ser empoderado, mas também das pessoas que estão à sua volta na mudança de valores e atitudes (NEVES, 2005). Nesse contexto, as pessoas passam a reconhecê-lo, além da deficiência, como um jovem rapaz que precisa conquistar espaços produtivos e tomar

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



decisões na vida.

O trabalho possui uma dimensão fundamental no empoderamento de João, pois lhe permite desenvolver-se de forma integral e reconhecer um direito que as pessoas com deficiência conquistaram há pouco tempo, por mais que ainda encontrem inúmeros obstáculos para sua efetivação. No contexto das desigualdades no mercado de trabalho, jovens com deficiência precisam superar barreiras devido a uma dupla condição: ser jovem e ter uma deficiência. No caso específico de João, suas experiências laborais fortalecem sua autoestima e o fazem reconhecer-se como um jovem independente.

## Conclusões

Este estudo foi realizado com o objetivo de analisar como a inserção de pessoas com deficiência intelectual em atividades laborais pode contribuir para o empoderamento e a participação social. Através desta análise, visamos averiguar a inclusão e atuação da pessoa com deficiência em atividades realizadas em departamentos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Os dados colhidos com o participante desta pesquisa indicaram que o jovem, oriundo de um contexto familiar, social e educacional equilibrado, se empoderou por meio da experiência laboral e das diversas oportunidades a que foi exposto, tornou-se sujeito de direitos e este empoderamento foi revelado em diversos aspectos de sua vida.

O primeiro componente que refletiu a apropriação do empoderamento na vida de João, foi a tomada de consciência que ele passou através de um processo de fortalecimento de sua identidade que o fez reconhecer a sua deficiência e os possíveis desafios advindos dessa condição; contudo, não se sente inferiorizado por causa disso, do contrário, enxerga o valor que possui como ser humano, suas qualidades individuais, seus potenciais laborais, esportivos, sociais, afetivos etc. Este componente é revelado no discurso de João quando não hesita em expressar o quão feliz ele é, apesar da deficiência, e a facilidade que possui para fazer amizades e construir relacionamentos

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



afetivos.

Um dos elementos que também refletiu a apropriação do empoderamento na vida de João foi a convicção dos projetos de vida futura que possuía e a determinação para buscar o que desejava. Ao compreender através do trabalho o papel da autonomia nas suas decisões pessoais, ou seja, da não interferência de terceiros para decidirem sobre os rumos de sua vida, a própria autonomia se fortaleceu e, gradualmente, este jovem passou a combater formas de proteção excessiva de seus familiares, passando a se impor diante deles, expressando com clareza os seus planos, sonhos e vocação.

A pesquisa também revelou a força e a importância de projetos de extensão universitários voltados aos grupos sociais minoritários, pois ao oportunizarem o intercâmbio científico-social, também contribuem para a quebra de barreiras, estereótipos e crenças infundadas em relação à incapacidade desses sujeitos. Projetos como esse, que aderem à filosofia do empoderamento, constituem verdadeiras redes sociais fundamentais para o apoio mútuo e a reflexão contínua. Este componente está presente na vida de João: ao fazer parte do Grupo de Extensão Empoderar para Crescer, ele constrói uma rede de amigos e encontra suporte para se desenvolver cada vez mais.

Com base no exposto, e a partir da experiência de vida de João, este estudo evidencia que o engajamento em atividades laborais traz empoderamento para a vida de pessoas com deficiência, pois favorece o rompimento com o ciclo de impossibilidades em que estão historicamente submersas. Os resultados da pesquisa apontam que, diante de uma realidade de exclusão e preconceito, torna-se imprescindível estabelecer um diálogo, oferecer educação e recursos adequados que favoreçam o desenvolvimento intelectual, a emancipação, inclusão e participação gradativa desse grupo nos espaços sociais. Características que apontam para o empoderamento desse jovem surgem quando o mesmo obtém oportunidades em ambientes de trabalho adequados, estabelece uma rede de relações sociais e percebe o respeito pelos seus direitos.

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



## Referências

AMARAL, L. A. Algumas reflexões sobre a (r) evolução do conceito da deficiência. Em C. Goyos, M. A. Almeida & D. G. Souza (Orgs.). **Temas em educação especial**, vol. 3, pp. 99-106. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

CASTANHO, Denise Molon.; FREITAS Soraia Napoleão. Inclusão e prática docente no ensino superior (2005). **Revista Educação Especial**, n. 27, p. 85-92, 2006. Disponível em: <<http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4350/2557>> Acesso em: 07 ab. 2016.

DANTAS, Taísa Caldas. **Estudo da Autoadvocacia e do Empoderamento de Pessoas com Deficiência no Brasil e no Canadá**, 2014, 237f. (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Paraíba, 2014.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paideia**, v. 17, n. 36, 2007.

ESCOBAL, Giovana et al. Escolha e desempenho no trabalho de adultos com deficiência mental. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 11, n.3. 355-372.

FERREIRA, Windyz B. EJA e Deficiência: estudo da oferta da modalidade EJA para estudantes com deficiência. In: AGUIAR, Márcia Angela (org.). **Educação de Jovens e Adultos: o que dizem as pesquisas**. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos, p. 75-128, 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GADOTTI, M. Educação de Adultos como Direito Humano. **Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Debate**. Ano 2, n. 2. Santa Catarina, 2013.

GARCIA, V. G. **A Pessoa com Deficiência na História do Mundo. Bengala Legal**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>>. Acesso em: 30 nov. 2015

GODOY, H. P. Inclusão de alunos portadores de deficiência no ensino regular paulista: recomendações internacionais e normas oficiais. São Paulo: Mackenzie, 2002.

HERRIGER, N. **Empowerment in der sozialen Arbeit: eine Einführung**. W.



# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



Kohlhammer Verlag, 2006.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o Conceito de Empoderamento. Universidade Federal de Santa Catarina. **Anais do Seminário Nacional. Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS). Santa Catarina, 2007, v. 2, p. 485-506, 2007.

JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1985.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. **Deficiência e trabalho**: redimensionando o singular no contexto universal. Campinas: Autores Associados, 2003.

MATOS, Ana Lucia Santos de. **O Processo de Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho**. 2009. 150f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2009.

MENDES, Cláudio Neris Martins; TINTI, Joel Adame; MARTINS, Marília Novais da Silva Pereira. Os Desafios da Educação para Atender a Competitividade do Mercado de Trabalho Brasileiro Contemporâneo. **Estudos**, v. 40, n. 1, p. 35-47, 2013.

MICHELS, Maria Helena. Paradoxos da formação de professores para a Educação Especial: o currículo como expressão da reiteração do modelo médico-psicológico. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 11, n. 2, p. 255-272, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Edição 27, Editora Vozes. Rio de Janeiro, 2002.

NEVES, T. R. L. **Movimentos sociais, auto-advocacia e educação para cidadania de pessoas com deficiência mental**. São Carlos: UFSCAR, 2000. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educar para a cidadania**: promovendo a autoadvocacia em grupos de pessoas com deficiência. São Carlos: UFSCAR, 2005. 220f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, 2005.

OLIVEIRA, A. A. A. **Sociedade Inclusiva**: Pessoas com Deficiência Intelectual no Mercado de Trabalho. Universidade Estadual do Ceará. Centro de Humanidades. Curso de Ciências Sociais. Ceará, 2011.

# Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade do Estado do Pará



OLIVEIRA, Jaqueline Moreira de; ARAÚJO, José Newton Garcia de; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Dificuldades relativas à inclusão social das pessoas com deficiência no mercado do trabalho. **Latin – American Journal Of Fundamental Psychopathology On Line**. Ano VI, n. 1. Minas Gerais, 2006, p. 77-89.

PIMENTEL, S. C. (Org.) **Estudantes com deficiência no Ensino Superior: construindo caminhos para desconstrução de barreiras na UFRB**. Cruz das Almas/BA: NUPI, PROGRAD, UFRB, 2013. GT 9 – Políticas públicas territoriais e Desenvolvimento Rural Sustentável.

PINTO, C. Empowerment, uma prática de serviço social. In: BARATA (coord.). **Política Social**. ISCSP, pp. 247-264, Lisboa: 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A política e a epistemologia do corpo normalizado. **Revista Espaço**, n. 8, ago. - dez. 1997, Rio de Janeiro, p. 3-15, 1997.

SOARES, A. M. M. **Nada sobre nós sem nós: formando jovens com deficiência para o exercício da autoadvocacia**. João Pessoa: UFPB, 2010. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2010.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Tradução de Luciane de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TANAKA, Eliza Dieko Oshiro; MANZINI, Eduardo José. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 11, n. 2, p. 273-294, 2005.

## Sobre a autora:

### Taísa Caldas Dantas

Doutora em Educação, Professora Adjunta da Universidade Federal da Paraíba. Email: [taisa.cd@gmail.com](mailto:taisa.cd@gmail.com)

Recebido em: 24/04/2018

Aceito para publicar em: 21/05/2018